



SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E DE SIGLAS	13
1. INTRODUÇÃO	25
2. NOÇÕES GERAIS DE PROCESSO E DE AÇÃO	29
2.1. Conceitos	29
2.1.1. Processo, autos, procedimento e ação	29
2.1.2. Pressupostos processuais e condições da ação	35
2.1.3. Elementos da ação	40
2.1.4. Preliminares e prejudiciais de mérito	47
2.1.5. Mérito da ação	50
3. SENTENÇA	53
3.1. Natureza jurídica	53
3.2. Conceito	54
3.3. Classificação	55
3.4. Requisitos	59
3.4.1. Relatório	60
3.4.2. Fundamentação ou motivação	62
3.4.3. Dispositivo	70

3.4.3.1.	Provimentos ou disposições finais	79
3.4.4.	Identificação do Juízo, preâmbulo, parte autenticativa e a expressão “Vistos etc.”	81
3.5.	Capítulos de sentença	82
3.6.	Vícios ou defeitos da sentença	83
3.7.	Correção ou modificação da sentença pelo juízo sentenciante	86
4.	TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DA SENTENÇA CÍVEL	89
4.1.	Aspectos de redação e de linguagem	90
4.2.	Como redigir a sentença	94
4.2.1.	Como redigir o relatório	95
4.2.1.1.	Exemplos de relatório	99
4.2.2.	Como redigir a fundamentação	102
4.2.2.1.	Observações gerais	102
4.2.2.2.	Ordem lógica de enfrentamento das preliminares	105
4.2.2.3.	Preliminares e prejudiciais mais comuns em determinados tipos de ação. Sugestões sobre como enfrentá-las. Exemplos	110
4.2.2.4.	Apreciação do mérito da causa	144
4.2.2.4.1.	Interpretação da lei e valoração das provas	146
4.2.2.4.2.	Inversão do ônus da prova – uma regra de instrução	155
4.2.2.4.3.	A apreciação de fato ou direito superveniente (<i>ius superveniens</i>)	157
4.2.2.5.	Hipóteses de julgamentos simultâneos, na mesma sentença	158

4.2.2.6.	A motivação do pedido de concessão de tutela provisória	161
4.2.3.	Como redigir o dispositivo	163
4.2.3.1.	Abordagem geral, com exemplos	163
4.2.3.1.1.	Provimento jurisdicional principal	164
4.2.3.1.2.	Pedidos implícitos (juros legais, correção monetária, termos iniciais e taxa SELIC)	171
4.2.3.1.3.	Concessão, negativa ou cassação da tutela provisória	176
4.2.3.1.4.	Verbas de sucumbência (custas, despesas processuais e honorários advocatícios)	179
4.2.3.1.5.	Provimentos ou disposições finais	186
4.2.3.2.	Aspectos específicos, com exemplos	194
4.2.3.2.1.	Dispositivo da sentença em casos de condenação da Fazenda Pública (ações indenizatórias, ações relativas à remuneração de servidores públicos, ações previdenciárias, tributárias e de desapropriação)	194
4.2.3.2.2.	Dispositivo da sentença em ação de mandado de segurança	219
4.2.3.2.3.	Dispositivo das sentenças em ação civil pública e em ação popular	223

4.2.3.2.4.	Dispositivo das sentenças em ações dos juizados especiais	233
4.2.4.	Sentença de correção de erro material ou de julgamento de embargos de declaração	246
5.	IMPROPRIEDADES MAIS COMUNS COMETIDAS NA REDAÇÃO DE SENTENÇAS	251
6.	DICAS DE REDAÇÃO DA SENTENÇA EM UM CONCURSO	257
6.1.	Dicas gerais	257
6.2.	Dicas específicas	261
7.	PROVAS DE SENTENÇA CÍVEL APLICADAS EM CONCURSOS DA MAGISTRATURA FEDERAL E ESTADUAL, COM OS ESPELHOS DE CORREÇÃO	269
7.1.	TRF1 – JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO – 2009	269
7.2.	TJAP – JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO – 2009	274
7.3.	TJPB – JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO – 2010	275
7.4.	TJES – JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO – 2011	278
7.5.	TJPA – JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO – 2011	280
7.6.	TJRO – JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO – 2011	283
7.7.	TJAC – JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO – 2011	286
7.8.	TJPE – JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO – 2011	290
7.9.	TJCE – JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO – 2011	293
7.10.	TJPI – JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO – 2011	297
7.11.	TRF4 – JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO – 2011	299
7.12.	TJSC – JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO – 2011	303
7.13.	TRF5 – JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO – 2012	305
7.14.	TJMA – JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO – 2012	311

7.15.	TRF2 – JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO – 2012	314
7.16.	TRF4 – JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO – 2013	321
7.17.	TJMS – JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO – 2013	330
7.18.	TJDFT – JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO – 2014	333
7.19.	TJMT – JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO – 2014	336
7.20.	TRF2 – JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO – 2014	352
7.21.	TJRN – JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO – 2014	359
7.22.	TJAL – JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO – 2014	364
7.23.	TJAM – JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO – 2016	366
7.24.	TJPR – JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO – 2016	372
7.25.	TJSP – JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO – 2017	380
7.26.	TRF2 – JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO – 2017	384
7.27.	TRF2 – JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO – 2018	397
7.28.	TJCE – JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO – 2018	408
7.29.	TJBA – JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO – 2019	416
7.30.	TJSP – JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO – 2019	425
7.31.	TJMT – JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO – 2019	427
7.32.	TJPR – JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO – 2019	431
7.33.	TJAC – JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO – 2020	437
7.34.	TJRO – JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO – 2020	440
7.35.	TJPA – JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO – 2020	449
7.36.	TJAL – JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO – 2021	456
7.37.	TJRJ – JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO – 2021	458
7.38.	TJGO – JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO – 2021	462
7.39.	TJSP – JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO – 2022	466
7.40.	TJMA – JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO – 2022	474
7.41.	TJPR – JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO – 2022	481
7.42.	TJDFT – JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO – 2023	492

8. ALGUMAS SENTENÇAS PROFERIDAS EM CASOS REAIS 497

- 8.1. Sentença em ação desapropriação indireta. Interesse de agir e instância administrativa. Prescrição. Estação Ecológica. Pedido de tutela possessória inviável. Limitação integral ao direito de propriedade. Apossamento administrativo caracterizado. Direito à indenização pela desapropriação indireta. Pedido sucessivo de indenização julgado procedente 497
- 8.2. Sentença em mandado de segurança. Legitimidade ativa decorrente da propriedade do veículo automotor apreendido. Interesse de agir caracterizado pela ausência de necessidade de dilação probatória. Adequação da via processual eleita. Transporte irregular de passageiros. Apreensão do veículo automotor. Exigência indevida de pagamento de multa e despesas como condição para a restituição do bem. Exigência indevida prevista em ato normativo infralegal que viola o princípio da legalidade. Segurança concedida 509
- 8.3. Sentença em ação pelo procedimento monitorio. Aptidão da Inicial. Cédula de Crédito Bancário instruída com demonstrativo da dívida. Documento hábil para a ação monitoria por constituir prova escrita de dívida e sem força de título executivo. Aplicação do CDC às instituições financeiras. Inexistência de cobrança indevidas de juros e encargos contratuais. Embargos monitorios rejeitados. Título judicial constituído. Com a conversão para o rito do cumprimento de sentença 514
- 8.4. Ação de improbidade administrativa. Ajuizamento pela Fazenda Pública Municipal. Litisconsórcio Ativo do Ministério Público Federal. Prestação de contas incompleta. Inexistência de elementos aptos a comprovar o dolo do agente público. Alterações introduzidas por força da Lei nº 14.230/2021. Improcedência dos pedidos 522
- 8.5. Sentença em ação pelo procedimento comum. Possibilidade jurídica do pedido. Extinção dessa condição da ação. Exaurimento da via administrativa. Interesse de agir caracterizado pela inexigibilidade de instância administrativa de curso forçado. Pedido de anulação de autuação por infração ambiental.

Legalidade do Decreto 6.514/2008. Explicitação do alcance do artigo 80 da Lei 9.605/98. Inexigibilidade de advertência prévia para exercício do poder de polícia ambiental. Multa aplicada com base em ato normativo que não contempla a proteção de espécie nativa na região norte. Violação ao princípio da legalidade. Pedido anulatório procedente	527
8.6. Sentença em ação indenizatória. Transporte aquaviário. Acidente com passageiro. Danos materiais, morais e estéticos. Preliminares e prejudiciais de prescrição suscitadas por particular e rejeitadas. Prejudicial de prescrição arguida pela União e acolhida. Pedidos julgados parcialmente procedentes	533
8.7. Sentença em ação de reintegração de posse. Bem imóvel da União. Invasão. Preliminar de nulidade processual por ausência de citação. Preambular rejeitada. Pedido acolhido	541
8.8. Sentença em ação tributária de rito ordinário. Taxa de Serviços Administrativos instituída pela Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA. Ausência de definição legal do fato gerador do tributo. Inconstitucionalidade reconhecida. Pedidos procedentes	546
8.9. Sentença em ação de mandado de segurança. Aprovação de candidato dentro do número de vagas previstas em edital. Direito líquido e certo à nomeação e à posse no cargo. Ordem mandamental concedida	551
8.10. Sentença em ação indenizatória movida perante os Juizados Especiais Federais. Acidente em rodovia federal. Omissão. Responsabilidade subjetiva. Culpa demonstrada. Danos materiais e morais configurados. Pedidos parcialmente procedentes	555
8.11. Sentença em ação indenizatória. Danos materiais e morais. Extravio de bagagem por empresa aérea. Relação de consumo. Incompetência territorial arguida em contestação. Preliminar apreciada e rejeitada. Danos caracterizados. Responsabilidade civil contratual. Pleitos procedentes	559

8.12.	Sentença em ação de modificação de guarda c.c. alimentos. Alienação parental. Pedidos parcialmente procedentes	564
8.13.	Sentença em ação declaratória de união estável homoafetiva. Conceito de entidade familiar. Aplicação dos princípios constitucionais da igualdade e da dignidade da pessoa humana. Fatos comprovados. Pedido procedente	573
8.14.	Sentença para correção <i>ex officio</i> de erro material	582
8.15.	Sentença em embargos de declaração. Alegações de contradição e obscuridade na sentença. Vícios inexistentes. Embargos rejeitados	583
9.	EXEMPLOS DE SENTENÇAS CONCISAS	585
9.1.	Sentenças de extinção do processo sem resolução do mérito	585
9.1.1.	Sentença indeferindo a inicial pelo descumprimento de despacho de emenda	585
9.1.2.	Sentença extinguindo o processo em razão da desistência da ação	586
9.1.3.	Sentença extinguindo o processo pelo reconhecimento da litispendência ou da coisa julgada	587
9.1.4.	Sentença extinguindo o processo por conta da superveniente perda do objeto	588
9.2.	Sentenças resolvendo o mérito da causa	589
9.2.1.	Sentença resolvendo o mérito da causa em razão do reconhecimento do pedido pelo réu	589
9.2.2.	Sentença resolvendo o mérito da causa em razão de transação (homologando acordo). Rito comum	590
9.2.3.	Sentença resolvendo o mérito da causa em razão da celebração de acordo. Rito sumaríssimo dos Juizados Especiais Federais	590
9.2.4.	Sentença resolvendo o mérito da causa em razão de renúncia do autor ao direito sobre o qual se funda a ação	591

9.2.5. Sentença resolvendo o mérito da causa com base na revelia (confissão ficta)	592
10. REFERÊNCIAS	595